



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

ATA NÚMERO DOIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E CINCO (2.885)

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa, sob a Presidência do Vereador João Antonio de Jesus Martins, Secretariado pelos Vereadores Juciel Vilmar Jungles dos Santos e Vilmar C. Fávaro, presente os Vereadores: Dirceu Rodrigues Ferreira, Marco Antonio Ferrari Ramos, Antonio Luiz Carlos Cavalini e João Renato Leal Afonso. À hora regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, iniciando com a deliberação da ata número dois mil oitocentos e oitenta e dois, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Conforme acordo formulado entre os Vereadores, o resumo das correspondências recebidas, encontra-se nas mãos dos Senhores Vereadores. Ainda no Expediente do Dia foi feita pelo 2º Secretário, Vereador Vilmar Czarneski Fávaro, a leitura do resumo das correspondências expedidas, constando o seguinte: Protocolo: 520/2007, Documento: ofício número 507/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Requerimento nº 70/2007 do vereador Marco Ramos. Protocolo: 521/2007, Documento: ofício número 508/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Requerimento nº 71/2007 do vereador Marco Ramos. Protocolo: 522/2007, Documento: ofício número 509/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Requerimento nº 72/2007 do vereador Marco Ramos. Protocolo: 523/2007, Documento: ofício número 512/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Requerimento nº 75/2007 do vereador Marco Ramos. Protocolo: 524/2007, Documento: ofício número 151/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Requerimento nº 79/2007 do vereador Marco Ramos. Protocolo: 525/2007, Documento: ofício número 516/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Indicação nº 80 do vereador Vilmar Fávaro Purga. Protocolo: 526/2007, Documento: ofício número 517/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Indicação nº 81/2007 do vereador João A. Martins. Protocolo: 527/2007, Documento: ofício número 520/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Liberação de recursos. Protocolo: 528/2007, Documento: ofício número 510/2007, Destinatário: Antonio Jorge Costa, Descrição: Voto de Congratulações e Aplausos. Protocolo: 529/2007, Documento: ofício número 511/2007, Destinatário: Rogério Wallback Tizzot, Descrição: Encaminhando Requerimento nº 74/07. Protocolo: 530/2007, Documento: ofício número 513/07, Destinatário: Jocilene Aparecida Kobachuk, Descrição: Encaminhando Requerimento nº 76/07. Protocolo: 531/2007, Documento: ofício número 519/07, Destinatário: Frederico Alvarez, Descrição: Encaminhando Indicação nº 83/07. Protocolo: 532/2007, Documento: ofício número 514/07, Destinatário: Marcelo Beltrão de Almeida, Descrição: Encaminhando Requerimento nº 77/07. Protocolo: 533/2007, Documento: ofício número 518/07, Destinatário: Servilho Roque da Silva, Descrição: Encaminhando Indicação nº 82/07. Protocolo: 534/2007, Documento: ofício número 521/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Desconsiderando Ofício 499/2007. Protocolo: 535/2007, Documento: ofício número 522/2007, Destinatário: Mário Cesar Ribas, Descrição: Referente ao ofício 081/2007. Protocolo: 536/2007, Documento: ofício número 506/2007, Destinatário: Benedito Roberto Pinto, Descrição: Referente ao Projeto de Lei nº 76/2007. Protocolo: 537/2007, Documento: ofício número 523/2007, Destinatário: Miguel Batista, Descrição: Encaminha cópia de leis. Nenhuma dúvida quanto ao Expediente, o Presidente João Antonio de Jesus Martins, deixou as correspondências à disposição de todos os Vereadores na Secretaria desta Casa. Dando início a Ordem do Dia, presentes os Vereadores Juciel Vilmar Jungles dos Santos, Vilmar Czarneski Fávaro, Dirceu Rodrigues Ferreira, Marco Antonio Ferrari Ramos, Antonio Luiz Carlos Cavalini e João Renato Leal Afonso. Em 1ª discussão a Redação Final ao Anteprojeto de Lei nº 008/2007 de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que altera o Anexo I - Parâmetro de Uso e Ocupação do Solo, da Lei nº 1763, de 29.12.03. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Redação Final ao Anteprojeto de Lei nº 008/2007, que altera o Anexo I - Parâmetro de Uso e Ocupação do



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 02

Solo, da Lei nº 1763, de 29.12.03, colocada em 1ª votação sendo aprovada por unanimidade. Havendo unanimidade o Vereador Marco Ramos apresentou requerimento verbal para a dispensa de interstício para a deliberação da Redação Final ao Anteprojeto de Lei nº 008/2007 de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que altera o Anexo I - Parâmetro de Uso e Ocupação do Solo, da Lei nº 1763, de 29.12.03. Em 2ª discussão a Redação Final ao Anteprojeto de Lei nº 008/2007 de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que altera o Anexo I - Parâmetro de Uso e Ocupação do Solo, da Lei nº 1763, de 29.12.03. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Redação Final ao Anteprojeto de Lei nº 008/2007, que altera o Anexo I - Parâmetro de Uso e Ocupação do Solo, da Lei nº 1763, de 29.12.03, colocada em 2ª votação sendo aprovada por unanimidade. Constava em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 80/06, de autoria do Executivo Municipal, que institui a Taxa Florestal Municipal e dá outras providências, o qual foi retirado por falta de assinaturas no parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, devendo retornar à discussão na próxima Sessão. Em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 57/2007, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Marco Ramos dizendo que está havendo um equívoco entre o Executivo e o Legislativo, existe um acordo com o Prefeito Miguel Batista, juntamente com os Secretários para que viessem projetos com os cálculos do provável excesso de arrecadação, não foi respeitado nem o pedido de informações deste Vereador referente onde estariam esses sessenta mil reais, por isso pede vistas por sete dias para que se providencie o que foi acordado. Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que este projeto ainda é um daqueles do acordo, por isso ainda não foi mudado, mas sem dúvida nenhuma tem de mudar, pois foi feito o acordo. Deveriam Retirar da Ordem do Dia para voltar apenas quando forem fornecidas as informações. Continuando o Vereador Marco Ramos disse que terão que mudar, inclusive com o extrato da conta bancária, dizendo onde está o dinheiro. Em votação o pedido de vistas do Vereador Marco Ramos ao anteprojeto de Lei nº 57/2007, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 440031200500013, firmado entre o Município e a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 440031200500013, firmado entre o Município e a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, colocado em 1ª votação sendo aprovado por unanimidade. Havendo a unanimidade, o Vereador Dirceu apresentou requerimento verbal solicitando a dispensa de interstício para a 2ª deliberação do Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2007, que referenda o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 440031200500013, firmado entre o Município e a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, sendo este colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 440031200500013, firmado entre o Município e a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 440031200500013, firmado entre o Município e a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 23/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 816096/2006,







Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 03

celebrado entre o Município e o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 23/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 816096/2006, celebrado entre o Município e o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE, colocado em 1ª votação sendo aprovado por unanimidade. Havendo a unanimidade, o Vereador Vilmar apresentou requerimento verbal solicitando a dispensa de interstício para a 2ª deliberação do Projeto de Decreto Legislativo nº 23/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 816096/2006, celebrado entre o Município e o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sendo este colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 23/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 816096/2006, celebrado entre o Município e o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 23/2007, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 816096/2006, celebrado entre o Município e o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade. O Vereador Marco Ramos levantando uma Questão de Ordem consultou sobre a possibilidade de se fazer as deliberações das matérias seguintes em bloco. Havendo concordância de todos os Vereadores presentes, foram as próximas matérias discutidas em conjunto. Deliberação sobre pedido de retirada do Projeto de Lei nº 52/2007, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar; Deliberação sobre pedido de retirada do Projeto de Lei nº 74/2007, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar; Deliberação sobre pedido de retirada do Projeto de Lei nº 75/2007, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foram os pedidos de retirada dos Projetos de Lei nºs 52/2007, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar; 74/2007, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar; e 75/2007, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, aprovados. O Senhor Presidente João Antonio comunicou ainda ao Plenário que foi protocolado no dia vinte e três de agosto o pedido de retirada do projeto de Lei nº 68/2007, que altera a Lei nº 1763, de 29/12/2003, alterada pelas Leis nºs 1822, de 02/12/2004 e 1945, de 18/04/2006, que tratam sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo do Município da Lapa, em virtude da apresentação por parte do Vereador João Renato Leal Afonso do anteprojeto de Lei nº 08/2007, que trata do mesmo assunto. Não havendo pareceres das Comissões, informa a retirada do projeto. Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos Requerimentos e Indicações apresentados: Requerimento nº 76/2007, de autoria do Vereador Leandro P. Borges da Silveira, solicitando ao Prefeito Municipal da Lapa a apresentação de proposta de adesão e termo de compromisso na habilitação do Município no Programa Farmácia Popular, junto ao Ministério da Saúde. Requerimento nº 77/2007, de autoria do Vereador Leandro P. Borges da Silveira, solicitando ao Prefeito Municipal da Lapa a realização de curso de formação completa de Libras aos profissionais da rede de ensino, aos pais e à população em geral, de forma gratuita. Requerimento nº 78/2007, de autoria do Vereador João Renato Leal Afonso, solicitando Informações Oficiais sobre o quadro de funcionários do Poder Legislativo. Requerimento nº 78-A, de autoria do Vereador Marco Antonio Ferrari Ramos, solicitando inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Senhor Marcio Anis Mattar Assad, pelo grande trabalho que vem fazendo junto a TV Lapa, uma iniciativa de muito valor para o nosso Município, requer ainda que da decisão seja dado

ciência ao mesmo. Indicação nº 84/2007, de autoria do Vereador Dirceu R. Ferreira, solicitando atendimento médico do Programa Saúde da Família, na comunidade de Mato Queimado. Indicação nº 85/2007, de autoria do Vereador Dirceu R. Ferreira, solicitando pavimentação com blocos de concreto no final da Rua Cel. Eduardo Correa, com aproximadamente trezentos metros de extensão, na Vila Esperança. Indicação nº 86/2007, de autoria do Vereador João Renato Leal Afonso, solicitando melhorias nas estradas da Colônia São Carlos, tais como alargamento e ensaibramento, especialmente no trecho onde era a Codapar e na frente da residência do Senhor Luiz Carlos Alves. Indicação nº 87/2007, de autoria do Vereador Vilmar Fávaro Purga, solicitando patrolamento e ensaibramento na rua localizada e coligada a Rodovia dos Xisto, em frente a tornearia Castelinho, Bairro Olaria (Colônia). Indicação nº 88/2007, de autoria do Vereador Dirceu R. Ferreira, solicitando implantação e instalação do sistema de iluminação pública nas comunidades de Palmital de Cima, Palmital de Baixo e Bonito, conforme já solicitado em indicações anteriores. Indicação nº 89/2007, de autoria do Vereador Marco Antonio Ferrari Ramos, solicitando patrolamento e ensaibramento de toda estrada rural que liga a Rodovia do Xisto à PR 427 – Deputado Olívio Belich, na localidade do Viadeiro, estrada do Aterro Sanitário. Indicação nº 90/2007, de autoria do Vereador Marco Antonio Ferrari Ramos, solicitando patrolamento e ensaibramento de todas as ruas do Bairro Jardim Cidade Nova. Indicação nº 91/2007, de autoria do Vereador Marco Antonio Ferrari Ramos, solicitando colocação de bancos em toda a extensão do calçadão da Alameda David Carneiro. Apresentaram-se ainda requerimentos verbais: Do Vereador Cavalini solicitando inserção de Votos de Congratulações e Aplausos ao Deputado Max Rosenmann, pela sua interferência na ação que culminou com a abertura da agência do INSS na Lapa e também sua interferência no DER para conseguir as vigas da ponte de concreto sobre o Rio da Várzea. Do Vereador Marco Ramos, solicitando ao Secretário Municipal Antonio Carlos Pasdiora, informações sobre quais os projetos que foram executados para a melhoria da Cidade, ou seja, urbanização, pavimentação, enfim todos os projetos, se é que fizeram, repassar para os Vereadores, para ver se conseguem ir atrás destas verbas através de seus Deputados, pede ao Secretário que encaminhe todos os projetos que estejam prontos para a melhoria de nossa cidade, postos de saúde no interior, enfim todos os projetos que foram elaborados para a cidade em geral, para que os Vereadores do grupo possam ir atrás de verbas junto aos Deputados. Consultando o Presidente João Antonio indagou se não seria mais interessante esse pedido ser endereçado ao Departamento de Planejamento, que fica encarregado de todos os projetos do Município. Continuando o Vereador Marco Ramos disse que não tem Secretaria de Planejamento, somente departamento, então está tudo na mão da Secretaria de Obras e Urbanismo. Do Vereador Cavalini, solicitando ao Prefeito Municipal a compra urgente de um caminhão bate-estaca. Do Vereador Vilmar solicitando ao Prefeito que este peça a Diretoria de Fomento do DER, na pessoa do Diretor Antonio Anibelli Neto, para a realização de um Convênio visando à construção da ponte de concreto na Comunidade de Monte Alegre, próximo a Fazenda do Senhor Beto Vite, que o Município se comprometa a construir as cabeceiras da ponte. Fazendo uma correção o Vereador Cavalini disse que, em tempo, dado ao conhecimento do Vereador Marco Ramos altera seu pedido para uma máquina estacionária, que fica bem mais barato que um caminhão bate-estaca, ficando mais fácil para adquirir, agradece a orientação do Vereador Marco Ramos. Do Vereador Vilmar solicitando a inserção em ata de Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Juventino Daniel e que da decisão desta Casa seja dado ciência a sua esposa Silvia Daniel, passará o endereço depois. Havendo o Vereador Marco Ramos manifestado interesse em colocar em destaque, não sendo contra, mas colocando em destaque o requerimento nº 78, de autoria do Vereador João Renato, que fala sobre os funcionários da Câmara, disse que tem esses dados em Boletim Oficial, não precisa se expor desta forma, o Assessor do Vereador





Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 05

pode fazer este levantamento. Pede também ao Vereador João Renato que os salários, principalmente os dos cargos efetivos da casa, são particulares, gostaria que não fossem expostos. Levantando uma Questão de Ordem, o Vereador João Renato disse que de acordo com o artigo cento e dezessete do Regimento Interno é claro onde diz que será encaminhado dentro de vinte e quatro horas pelo Presidente o Pedido de Informações Oficiais, não se encontra incluso no artigo cento e dezoito, onde se refere aos requerimentos que dependem de deliberação Plenária. Portanto este Vereador entende assim, quanto a preocupação do Vereador Marco Ramos, este Vereador assume um compromisso que a resposta ao requerimento será exclusivamente para responder as indagações que a comunidade faz a este Vereador. A partir do momento em que são homens públicos, como Vereadores tem de votar e divulgar o salário à população, não podem esconder o salário de quem quer que seja dos nobres Vereadores. A questão de Ordem é levantada, o requerimento de Informações Oficiais não é votado em Plenário e sim despachado dentro de vinte e quatro horas pelo Presidente. Esclarecendo o Presidente disse que como o Vereador Marco Ramos colocou em destaque o requerimento nº 78, e como consta no requerimento dirigindo-se ao douto Plenário requerendo as informações e não ao Presidente desta Casa, assim foi colocado ao Plenário. Novamente levantando uma Questão de Ordem o Vereador João Renato disse que sendo o requerimento posto em destaque, deverá voltar na próxima Sessão, caberá aqui mais um mandato de segurança. O Senhor Presidente colocou a deliberação do Plenário o pedido de destaque do Vereador Marco Ramos ao requerimento nº 78, de autoria do Vereador João Renato, que se refere aos funcionários da Câmara, sendo o mesmo aprovado por quatro votos favoráveis. Pelo que consta nas anotações, o Senhor Presidente João Antonio disse que o requerimento deverá voltar na Ordem do Dia da próxima Sessão, disse acreditar que durante a semana vai ser estudado o caso e com relação ao mandato de segurança, todos os atos oficiais da Câmara são publicados em Boletim Oficial, então desde já solicita ao Vereador requerente que determine ao seu Assessor que faça buscas na biblioteca desta Casa e encontrará publicados todos os atos de nomeação, exoneração, gratificação, enquanto isso irá consultar a Assessoria Jurídica e se o requerimento volta na próxima Sessão ou se ficará sujeito à decisão do Presidente, se for à decisão deste Presidente, fica desde já ciente que pode determinar ao Assessor do Vereador requerente a busca na biblioteca, onde consta todo o ato, inclusive adicional de tempo de serviço dos funcionários de carreira e dos cargos em comissão. Mais ninguém querendo colocar qualquer outro Requerimento ou Indicação em destaque foram todos os demais deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa. Dando início as inscrições para o Grande Expediente, manifestaram-se os Vereadores Vilmar Czarneski Fávaro, João Renato Leal Afonso e Juciel Vilmar Jungles dos Santos. Com a palavra o Vereador Vilmar disse querer mais uma vez parabenizar pelos dez anos do Jornal Gazeta da Lapa, inclusive pelo brilhante jantar que aconteceu em comemoração ao evento. Quer comentar dois assuntos, o primeiro é que a luta de todos, do Governador, do Deputado Anibelli, deste Vereador em relação ao pedágio vai continuar, a Lei foi aprovada, indicação desta Câmara, aprovada por todos os Vereadores encaminhando ao Poder Legislativo Estadual e a Câmara Federal, da Câmara Federal até hoje não teve nenhuma resposta, então vão encaminhar novamente para que seja revisto essa lei que regulamentou o pedágio. A Lei Estadual apresentada pelo Deputado Anibelli e aprovada, depois sancionada pelo Governador Requião entrou em vigor e estavam satisfeitos, os lapeanos estavam contentes, mas sabe-se que a Justiça neste caso é favorável aos donos das praças de pedágio, as empresas administradoras, mas se admira com a rapidez com que a justiça age quando é contra os mais de doze mil veículos, no caso da Lapa, que estavam isentos desse pagamento, a rapidez neste caso, quando é contra o povo, para se tomar uma medida que faz mal à comunidade é rápido, prova de que



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.885

Fl. 06

estão trabalhando e combatendo uma organização muito forte, um contrato muito bem feito pelo ex-governador Jaime Lerner e sua equipe e a força que eles tem em relação a derrubarem uma Lei Estadual. Mas a luta continua, o Governador com certeza vai recorrer e vão continuar tentando combater o que acham que é errado, porque não seria justo um morador da Cidade de Foz do Iguaçu ter de pagar entrada para ver as Cataratas, então lá quando isso foi regulamentado foi muito bem feito, porque os moradores de Foz do Iguaçu são isentos do pagamento da visitação às Cataratas. Agora aqui para se visitar os amigos e eleitores no Feixo ou em Mariental tem de pagar o pedágio, além de todos os demais impostos que pagam no Município. Fica triste em ver que os próprios lapeanos torceram contra isso, estava vendo o jornal, onde diz: "e agora vereador como vai ficar?", com certeza quem escreveu isso não tem veículo, ele deveria se unir, usar o Jornal O Malho e beneficiar as pessoas, colocar seu manifesto contra a cobrança do pedágio, como o Jornal Gazeta da Lapa que sempre falou a verdade e publicou o que é bom para o povo, mas fica triste quando recebe por e-mail a pergunta e agora vereador, como vai se fazer com o pedágio, tem que perguntar para a máfia do pedágio que está aí, este Vereador combate o pedágio, pois é contra essa cobrança, não é para este Vereador que tem que se perguntar o que fazer, aqui foi feita uma sugestão, foi aprovada e enviada aos Deputados Anibelli e Takayama, onde o Deputado Anibelli aceitou a proposta e apresentou projeto neste sentido que foi sancionado pelo Governador, ficaram todos felizes por alguns dias. Da Câmara Federal, do Deputado Takayama ainda não recebeu nenhuma informação, precisam saber o que existe por trás disso, ou será que os Deputados Federais são bancados por essa máfia do pedágio, tem que se fazer essa pergunta porque é uma coisa óbvia, o povo quer isso, mas não sabe a força que tem, se naquele momento tivessem feito um movimento no momento da isenção e onde eles estavam fotografando, para cobrar do povo e agora jogar o governo contra o povo, quem tem veículo é instruído, pois tem que tirar a carteira de habilitação e para isso tem que aprender, precisa no mínimo ter o primeiro grau e são suficientemente inteligentes para não se deixar colocar mentiras na cabeça, fica triste com este Jornal, o Senhor Maurino que deve ter um veículo emplacado na Lapa ou ele gosta de pagar o pedágio. No momento em que estava a Lapa isenta todos deveriam ter feito um movimento, agradecer ao Governador, independente do lado político, mas pela medida que foi tomada, mas todo mundo fica agora com cara de babaca batendo palmas para o pedágio. Não vão desistir, se vai ou não dar certo não sabe, mas deixa aqui sua opinião registrada quanto a máfia do pedágio, pois não concorda que veículo emplacado na cidade tenha que pagar para se deslocar dentro do Município. Até porque quando participou da reunião em Mariental, com a presença do Engenheiro José Julião Terbai Júnior e quando o povo começou a reivindicar o direito de isenção, ele disse que a praça de pedágio não tinha interesse em cobrar do povo da Lapa e queriam até que fosse para frente de Mariental. A própria Prefeitura da Lapa deveria fazer um movimento, porque prejudica em muito o comércio local. Deixa também registrada sua satisfação em poder, na sexta-feira à tarde, quando o Felipe, seu filho, avisou que seria o último dia de isenção, então foram abastecer o carro na Mariental, porque lá estava um real e quatro centavos o litro de álcool, estando isento do pedágio compensava ir até lá, em cinquenta litros ganham vinte reais, então passou uma vez pelo menos sem pagar. Sabia que era uma lei federal, que normatiza os pedágios, com influencia grande que se tem de respeitar. Mas fica sua insatisfação quanto às pessoas que torcem para que as coisas não dêem certo na Lapa. Outro assunto que já está certo e vai continuar a luta porque tem os documentos comprovando, mesmo que o Jornal A Tribuna Regional fale ou não, não sabe o porquê fazem isso, sempre foi amigo da família, sempre teve uma postura ética dentro desta Casa, nunca ficou em cima do muro, se hoje está no grupo de oposição, estão mantendo-se no grupo, mas fica triste quando o jornal fala que tudo o que acontece o Vereador Purga quer ser o pai da criança, feliz é aquele que tem iniciativa e isso é ter incitativa sem o



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 07

rabo preso com ninguém, o único compromisso político que tem é com o Deputado Anibelli, não tem outro compromisso político, ninguém a quem precise dar satisfação de suas decisões nesta Casa e nem ao Deputado Anibelli, porque se respeitam, ele é um homem sério, trabalhador e fala o que pensa, estão na mesma linha. A Tribuna Regional publicou questionando se realmente vem o ônibus metropolitano, eles vêm sim, deixa dito aos responsáveis pelo jornal que os ônibus metropolitanos na Lapa vai ser uma realidade e não vai ter volta a não ser que as pessoas também não queiram que venha e digam que não compensa fazer isso, mas já foi feito o estudo, serão quinze linhas de ida em horários que já falou e dezesseis horários de volta e o custo vai ser de dois reais e sessenta e cinco centavos e vai chegar na Lapa esse benefício, agora se o Purga diz que foi ele quem iniciou, realmente foi, tem a cópia do documento, quer ver se depois que tiver funcionando o ônibus se o jornal tem coragem de publicar o requerimento que vai entregar para eles ou será que o requerimento não tem valor como documento, foi aprovado por uma Casa de Leis, se não tem, devem largar de ficar apresentando requerimentos e indicações, esse benefício vai acontecer e logo, só falta a liberação da COMEC para que se inicie o transporte Metropolitano na Lapa que vai dar uma economia muito grande aos lapeanos que utilizam o Expresso Maringá, o qual parabeniza nesta Casa, hoje custa nove reais uma passagem para ir de Lapa a Araucária, depois vai custar dois reais e sessenta e cinco, o lapeano que trabalha fora pode se programar e vão deixar de depender de caronas, isso é uma vitória e partiu desta Casa de Leis, não que o Purga seja o dono, porque teve a aprovação dos demais Vereadores, se não der certo sabe que vai ser esculachado no jornal, mas vai dar certo, e quer ver se eles terão coragem de engolir e publicar, espera contar com os amigos da imprensa, porque não é justo pessoas da Lapa, recebendo dinheiro da Prefeitura, do povo da Lapa e torcendo contra as coisas boas para o povo, porque não é contra este Vereador que estão torcendo contra, mas ficam torcendo para matar o Purga, na verdade está aumentando cada vez mais o purgueiro, tem que comprar muito inseticida e do bem forte, porque se Deus quiser o povo que apóia este Vereador vai continuar apoiando, pois trabalha em defesa da comunidade, está aqui para defender o povo, porque gosta de fazer política, afinal é funcionário de carreira de uma grande empresa a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e é lá que quer se aposentar, mas quer continuar fazendo política que é um vício, como já ouviu falar a política é bom perdendo quem dirá se elegendo. Recebeu um telefonema sobre algumas crianças que tem problema de visão, quinze crianças que precisam fazer consultas, foram marcadas as consultas para uma determinada médica que já vinha fazendo o acompanhamento dessas crianças há tempos, tudo certo, tem o dia disponível, mas terá o custo, se uma consulta custa cento e quarenta reais, essa pessoa como já atende essas crianças há algum tempo, tem um preço diferenciado de aproximadamente noventa reais, o valor total dará mais de quinhentos reais, pede ao Vereador João Renato se puder ajudar, pois eles foram pedir no Social e disseram que a Câmara não aprovou recursos para pagamento dessas consultas, mas todos sabem que eles podem pagar essas consultas com dinheiro dos Semeadores, a única coisa que a Câmara exigiu é a prestação de contas do que for gasto para depois aprovarem novas verbas. Novamente estão jogando os Vereadores contra o povo, dizendo que não podem pagar consultas porque os Vereadores não aprovaram os recursos, essa médica, se comprometeu a vir no Município fazer palestras para as crianças, inclusive sugere que se firme um convênio com essa profissional para que atenda as crianças na Lapa, mas que não fiquem dizendo que a Câmara não aprovou, é um absurdo, porque aqui nunca foram contra recursos para a saúde, principalmente para o Social, até questionam porque é a função dos Vereadores, mas não podem dizer que não foi aprovado as verbas para pagar consultas dessas crianças que tem problemas visuais. Encerrando quer dizer que vai protocolar nesta Casa e quer pedir o apoio de todos, um projeto que está sendo muito bem discutido com os profissionais de saúde, professores, laboratórios, onde dará direito as crianças da Lapa terem um exame completo de saúde, visão, audição, etc, antes de



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 08

ingressarem no Ensino Fundamental. O projeto vai ficar à disposição de todos para emendas, mas precisam fazer com que as crianças que ingressam no ensino fundamental com a garantia da saúde perfeita, porque muitas vezes é na sala de aula que se descobre alguma deficiência da criança, o Município pode fazer isso, já foi levantado e o Município tem condições deste atendimento, vai protocolar e se for aprovado o ano que vem estará em prática, acredita ser um grande projeto em favor das crianças do Município, quer desde já contar com o apoio de todos os Vereadores. Agradece a atenção. Com a palavra o Vereador João Renato disse que gosta muito da política e é apaixonado pela Democracia, quanto ao requerimento de Informações Oficiais que dirigiu a este Poder, sobremaneira pensou em denegrir ou melindrar qualquer dos Vereadores ou funcionários, mas pediu única e exclusivamente porque incessantemente estão sendo cobrados na rua por uma relação tal qual foi divulgada e assinada por pessoas da comunidade referente ao quadro da Prefeitura, onde estava inclusive os salários e sobre hipótese alguma naquele momento foi questionado o princípio da ofensa ao sigilo salarial, mais ainda, protocolou o requerimento tendo aquilo que esta Casa de Leis teve a preocupação, ou pelo menos este Vereador acreditava que tinha, e tem uma grande preocupação se acabar isso e vierem a se tornar uma Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde para pegar um documento tem que implorar e leva anos para conseguir assegurar o direito de cada um, então se assusta, desde o ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, quando entrou nesta Casa, as informações são públicas, todas as informações são de conhecimento público e nada podem fazer escondido, porque entende que com estas perguntas que fez, iriam atender o que o povo quer saber, porque volta a dizer não ser ofensa o quanto ganham, lembra de uma das votações de salário de Vereadores, quando foi aumentado, disse em alto e bom tom e repete, os eleitores deste Vereador votam pelo que faz, não pelo que ganha, e o que ganham nesta Casa de Leis, sejam Vereadores, Assessores, funcionários, é estritamente o que a Lei permite, então estão protegidos pelo princípio da legalidade e da moralidade, única coisa que falta e espera que revertam isso, é o princípio da transparência, para que não digam que o Vereador João Renato está empregando um irmão e que o funcionário A ou B ganha quatro ou cinco mil reais, inclusive mais que um Vereador. Volta a dizer é um apaixonado pela Democracia, adora as leis, por isso que após quarenta e um anos de vida tomou a coragem de fazer um vestibular para o curso de Direito, passou e está já há alguns meses cursando na Faculdade do Contestado, em Mafra. Agradece as palavras de incentivo, pois realmente é um apaixonado pelas leis e um amante da Democracia, não leva como ofensa e assim, como todas as suas ações são voltadas sempre com o cunho de vontade própria, pois um homem que vive acorrentado não é digno de viver. Mas o motivo de sua fala era a força de um País capitalista, tem com o Judiciário, sábias palavras do Vereador Vilmar, quando é um pobre ou um simples mortal que recorre à justiça ela leva anos pra agir, quando é uma empresa do porte da Caminhos do Paraná, em menos de quatro dias se derruba a vontade de todo um povo, não de uma pessoa ou de um grupo, mas de um povo, porque a Lei Estadual foi aprovada por unanimidade dos representantes da população paranaense e durou apenas quatro dias, sem sombra de dúvidas e o que mais entristece que esses quatro dias foram de expectativa, de alegrias e que hoje estão em tristeza e sem sombras de dúvidas, o João Chiminazzo Neto Diretor Regional da Associação das Concessionárias disse que não vão ficar com esse prejuízo de quatrocentos mil reais, em dezembro, por força também de contrato, será revisto os custos e este valor será embutido, também teve oportunidade de passar uma única vez, mas sabe que vai pagar isso a partir de dezembro, por muitas vezes. É lamentável a força e a parcialidade que a justiça tem, quando deveria ser cega, surda e deveria usar a força para o bem da comunidade, mas não é assim, a vontade de um povo cerceou o direito da Assembléia Legislativa quando aprovou a Lei Estadual 15607 e hoje a Caminhos do Paraná está movendo uma ação contra o Estado, que nada mais é do que o povo, então todos terão que pagar quatrocentos mil reais, barbaridade esse sentimento profundo de



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 09

impotência, que é digno de lamentos. Devem efetivamente fazer uma retrospectiva e achar uma forma de fazerem algumas ações em conjunto para acabar com essas barbáries. Solicitando um aparte o Vereador Vilmar disse que ainda não viu na contabilidade da Prefeitura quanto é repassado do pedágio para a Prefeitura, isso é uma curiosidade que muitos tem, quem sabe o Vereador João Renato teria essa informação. Continuando o Vereador João Renato disse no momento não ter o valor oficial, mas gira entre cinquenta e oitenta mil reais, mas podem pedir essa informação oficial ao Executivo. Outra aberração ao direito de cidadão, com o direito de contribuinte, é o que a Caminhos do Paraná está fazendo, goela abaixo, com relação às entradas das empresas do trevo até a divisa junto a Cooperativa, foi chamado pela empresa Metalúrgica Bosch, para resolver o que fazer, tiveram uma briga há cinco anos atrás, proibindo a Caminhos do Paraná de fazer, diga-se assim, uma cerca para que os empresários não entrassem nos seus imóveis, pois agora eles abriram valetas para proibir os empresários de entrarem em seus imóveis sem que as entradas estejam devidamente regulamentadas diante da Caminhos do Paraná, ou seja, para regulamentar precisa de um pedido à Empresa Caminhos do Paraná e eles não podem contratar outra empresa para fazer esta entrada, tem de contratar a Caminhos do Paraná. Estão trabalhando em frente onde era a tornearia do Tadeu Bosch, ao lado da Metalúrgica, começaram a abrir agora, no Dário de Lara já abriram, deixaram uma entrada que mal cabe um caminhão, há cinco anos estão lutando, mas eles ganharam e lá estão. A vontade do povo, da comunidade, está indo a bancarrota por esse capitalismo selvagem e cruel que estão vivendo no país. É preciso sem sombra de dúvidas que o povo se una e saiba a força que tem, senão logo terão que pedir licença para entrarem nas próprias casas o que é uma aberração ao direito constitucional de ir e vir, de todos os anseios que a Carta Magna determinou. Sem nenhum medo de se arrepender, deixa o Voto de Repúdio profundo à empresa concessionária de pedágio da BR 476 – Rodovia do Xisto, Caminhos do Paraná, e mais uma vez chamando a diretoria dessa empresa de mentirosa, porque nesta Casa de Leis disseram da intenção de não cobrar pedágio dos lapeanos. Com a palavra o Vereador Juciel disse querer aproveitar a presença da Jornalista Helenita e contrapor o que está escrito no Jornal O Malho, que este Vereador estaria se preparando para entrar no PMDB, isso é mentira, faz muito tempo que não conversa com o proprietário deste jornal e nunca falou isso para ninguém, já está no PT há dezessete anos e não tem interesse em sair. Gostou das colocações dos Vereadores João Renato e Vilmar, os Vereadores como líderes públicos, eleitos pelo povo, tem de começar a pensar em alguma iniciativa com relação ao abuso do pedágio quanto ao valor pago e dessas ações citadas pelo Vereador João Renato, das pessoas precisarem contratar a Caminhos do Paraná para entrarem em suas empresas, isso são absurdos, precisam começar a pensar e a discutir com o povo algumas ações e começarem a articular isso. Quando o jornal A Tribuna Regional critica o Vereador Purga, porque ele quer ser o pai da criança em tudo, ele tomou a iniciativa e comentou nesta Casa sobre todas as questões que estão falando, do ônibus, da isenção do pedágio, então está na hora de se pensar em discutir algumas iniciativas e servir de exemplo a outras cidades que tem praça de pedágio, para que todos tomem atitudes para enfrentarem estas questões. Solicitando um aparte o Vereador Vilmar disse que essa iniciativa tomada nesta Casa, quando este Vereador apresentou o requerimento para encaminhamento à Câmara Federal e Estadual, na pessoa do Deputado Anibelli, enviou-se cópias do requerimento através de e-mail, para a UVEPAR e para todas as Câmaras do Paraná, pedindo essa movimentação e teve Vereadores de outras cidades que ligaram, pediu a eles que entrassem em contato com seus Deputados para que isso acontecesse e daí surgiu a lei, foi uma movimentação, uma iniciativa grande desta Câmara para o Estado, podendo ver assim a força que tem. Em relação a Caminhos do Paraná, está vendo a destruição das lombadas da BR, principalmente as de acesso à cidade, nos trevos, foi uma luta muito grande do Vereador Sebastião Krainski na época para a construção dessas lombadas e depois disso nenhum acidente aconteceu na entrada da cidade, espera que refaçam



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 10

as lombadas, dentro dos padrões, mas que sejam reconstruídas as lombadas. Continuando o Vereador Juciel disse que com relação ao posicionamento político da oposição, combinaram de se reunir com os Secretários para conversar sobre os projetos e que sejam estes Vereadores convencidos da necessidade de aberturas de créditos, estão aguardando que essas reuniões se agilizem e a partir daí possam fazer um trabalho em conjunto com os Secretários, tendo clareza do uso do dinheiro porque esse é o papel do Vereador, seja da oposição ou da situação, saber onde será aplicado o dinheiro e também poder opinar e colocar as sugestões porque também são responsáveis pela administração de forma indireta. Mais ninguém inscrito passou-se as Lideranças Parlamentares não havendo manifestações. Passou-se as Comunicações Parlamentares, manifestando-se o Vereador Dirceu Rodrigues Ferreira. Com a palavra o Vereador Dirceu disse querer somar aos demais Vereadores no que aconteceu com o pedágio, quem perde são os lapeanos, que tinham todo o direito de passar gratuitamente, mas como já disse o Vereador Vilmar não podem parar, precisam se manifestar, através dos Deputados Federais, buscando algo que venha melhorar para o povo, infelizmente não teve o privilegio de passar quando estava isento, não ganhou estes seis reais. Sabe que é difícil tentar revogar, é uma empresa grande e tem muita gente grande por trás, não sabe se ganharão, mas precisam se unir. Na questão também de seu requerimento onde pede melhorias na Rua Eduardo Correa, a pedido dos moradores, com um abaixo assinado de mais de trinta pessoas, onde um trecho desta rua, em tempos de seca, fica muito empoeirada, causando até doenças aos moradores. Então pede apoio ao senhor Prefeito, ao Secretário de Obras e Urbanismo para atender esse requerimento, dando atenção a este abaixo assinado. Teve uma reunião na UVEPAR, em Curitiba, por dois dias e participaram de vários debates políticos, pessoas que debateram sobre as leis que estão aprovando no Senado, melhorias para todas as cidades, onde é representado pela UVEPAR, aqui na Lapa acredita que ninguém esteja inscrito para concorrer, mas também fazem parte para enviar algumas melhorias a serem discutidas nas reuniões daquela Associação de Vereadores. Achou importante o debate onde falaram sobre atendimento às leis aprovadas e atenção às leis que ainda estão por serem aprovadas, deixaram um convite para que todas as cidades encaminhem Vereadores para participarem, em Brasília, pressionando as autoridades trazendo alguma coisa boa para as cidades, tem vários projetos tramitando e não estão aprovados, inclusive a quantia de Vereadores para cada município, a Lapa poderia ter onze vereadores, favorecendo a reeleição, mas está difícil pelo que foi falado, por questões políticas. Agradece a todos. Ninguém mais inscrito, o Senhor Presidente João Antonio disse que a Câmara não está fazendo nada escondido, sempre publica todos os atos de acordo com a determinação legal, todos os atos são publicados no Boletim Oficial, todos constam no site do Tribunal de Contas, no SIM-AM e no SIM-AP, consta todos os cargos e salários dos funcionários da Câmara, inclusive Vereadores e Assessores. Quanto a cargos em comissão ganharem mais que Vereadores não é nesta administração que está acontecendo, sempre teve assessores dentro da Secretaria desta Casa ganhando bem mais que Vereadores, o que foi divulgado em jornal local, assinado por este Vereador junto com o Vereador Juciel, foi uma relação dos cargos em comissão, inclusive com gratificações e foram extraídos do Boletim Oficial do Município, então se basearam em publicações oficiais para tirar os dados. Então os interessados tem acesso ao Boletim Oficial e podem solicitar nesta Casa a cópia do Boletim Oficial, ou mesmo na Prefeitura, pois o Boletim é público e deve ser entregue a qualquer da população. Justifica que esta presidência não toma nenhuma decisão contrária da legislação, até porque está previsto no Regimento Interno que uma das atribuições do Presidente é dirigir com suprema autoridade a política interna do Poder Legislativo, de forma alguma quer lesar a privacidade ou o direito de algum dos funcionários, às vezes precisam tomar algumas decisões que não agradam uns ou outros, mas sempre prega nas reuniões que faz com os funcionários, está aqui para cumprir a Lei e fazer por merecer os salários que recebem, os cidadãos que pagam impostos é que pagam os salários, estão aqui para cumprir o horário e fazer o trabalho



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata nº 2.885

Fl. 11

que é determinado para fazer valer o salário que ganham, os salários dos Cargos em Comissão e dos funcionários efetivos foi votado através de lei, então também está nos Boletins Oficiais, não estão omitindo nem escondendo dados de ninguém, estão no Boletim Oficial. Sempre quando toma uma decisão, faz isso baseado em sustentação legal, seja Regimento Interno ou Lei Orgânica ou outras leis do Município, procurar não ferir direito de ninguém, simplesmente cumprindo a determinação da lei e tentando zelar pelo bom nome do Legislativo. Nada mais a tratar o Senhor Presidente encerrou a Sessão agradecendo a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores, convocando-os para a próxima Sessão Ordinária a se realizar no dia onze de setembro, à hora regimental, com a Ordem do Dia a ser definida e que estará à disposição de todos no site da Câmara com quarenta e oito horas de antecedência. Sendo o que tinha para constar, eu, Sandra Glade, Oficial Administrativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada por todos será assinada.

Guaciel 29.7. dos Santos

João Carlos

Presidente